05:29 20%

Opinião do GLOBO

PGR mostra que plenário deve rever decisões de Toffoli

Recurso de Gonet traz argumentos convincentes para que caso Odebrecht seja levado aos 11 ministros do STF

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou na semana passada recurso contra a decisão individual provisória do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender o pagamento de multas da Odebrecht (atual Novonor), previstas no acordo de leniência firmado em 2016 na Operação Lava-Jato. Gonet pede que a decisão seja reconsiderada por Toffoli ou avaliada com urgência pelos 11 ministros no plenário do STF, e não pela Segunda Turma, que reúne apenas cinco e julga os casos da Lava-Jato.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresenta duas boas razões em seu recurso. Primeiro, aponta semelhança do caso com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 1.051, que pede ampla suspensão de multas e já é analisada no plenário, sob a relatoria do ministro André Mendonça. Segundo, diz Gonet, não falta "relevância singular" ao tema, dada a importância dos acordos da Odebrecht no contexto de combate à corrupção.

Quando suspendeu os pagamentos da Odebrecht no fim de janeiro, Toffoli afirmou que a medida era necessária porque a defesa precisava ter acesso e tempo para analisar as mensagens entre o então juiz Sergio Moro e os procuradores de Curitiba, obtidas ilegalmente e investigadas na Operação Spoofing. A suspeita, segundo Toffoli, era ter havido pressão ilegal para o fechamento dos acordos de leniência. Havia, nas palavras dele, "dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade". Gonet demonstra que o pedido não fazia sentido, pois a Odebrecht está em posse das mensagens desde setembro.

A PGR também rebate a tese da coação. Lembra que o grupo empresarial era um dos mais bem-sucedidos do país, auxiliado pelos melhores escritórios de advocacia. "Se viam ameaças de medidas constritivas injustas, certamente que ouviriam das bancas de renomados advogados as perspectivas de superação e correção de que a ordem jurídica dispõe", escreve Gonet no recurso. Noutros trechos, reconhece que houve comportamentos censuráveis de agentes públicos, mas nega intimidação irresistível. Lembra também que sempre há pressão nesse tipo de situação.

No pedido de suspensão do pagamento das multas, a Odebrecht solicitou a extensão de uma decisão de 2020 do STF. Na ocasião, a Corte permitiu que o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva obtivesse acesso a provas do acordo de leniência da Odebrecht. Na visão de Gonet, falta pertinência à tentativa de vincular os dois casos. A intenção da defesa de Lula era conhecer os dados nos autos. A da Odebrecht agora é "encontrar subsídios que lhe socorram o intuito de impugnar o pacto". O recurso da PGR lembra que a Odebrecht não argumenta ter mentido ao denunciar casos de corrupção. "A prática de crimes foi efetivamente reconhecida pela empresa e por seus executivos, em confissões e com entrega de documentos comprobatórios."

Desde que assumiu a PGR, Gonet tem sido ágil nos recursos a decisões individuais de Toffoli em favor de empresas envolvidas em escândalos de corrupção. Já recorreu contra liminar que suspendeu o pagamento de multa de R$ 10,3 bilhões prevista no acordo de leniência do grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, no âmbito da Operação Greenfield. As inconsistências apontadas por Gonet nas decisões de Toffoli deixam cada vez mais clara a urgência de os temas serem avaliados pelo plenário completo do STF.

Representação feminina em câmaras municipais traduz limite das cotas

Apesar de lei exigir um mínimo de 30% de candidatas, nas capitais elas somam apenas 18% das vereadoras

Reportagem recente do GLOBO constatou a dificuldade de consolidar a representação das mulheres no Legislativo. Em nenhuma das câmaras municipais das 26 capitais brasileiras a bancada feminina chega a ocupar um terço dos assentos, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao todo, elas somam 18% das vereadoras nessas cidades e 16% no Brasil todo. Isso apesar de a legislação obrigar os partidos a preencher uma cota de no mínimo 30% das candidaturas com mulheres.

Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, as mulheres ocupam 30,5% das vagas, índice mais alto do país. O segundo lugar fica com Belo Horizonte, com 26,8%, ou 11 de 41 vereadores. São Paulo tem o maior número absoluto de vereadoras — 12, ou 23,6% do total. No Rio são dez, ou 19,6%. Em João Pessoa, Paraíba, apenas uma, ou 3,7%, percentual mais baixo em todo o país. Os índices mais altos de participação feminina estão no Sudeste e no Sul, os mais baixos no Norte e Nordeste.

A dificuldade de aumentar a representatividade feminina revela que a política de cotas nas candidaturas não tem sido suficiente. É certo que a cota também passou a ser financeira — por emenda constitucional, 30% do fundo eleitoral do partido precisa ser destinado a candidatas. Mas o incentivo se tornou nas últimas eleições uma usina de fraudes.

Ministério Público e Justiça eleitorais costumam impugnar diversas candidaturas falsas, lançadas apenas para driblar a lei. As candidatas laranjas têm algumas características comuns. Não fazem campanha, recebem votação baixíssima, e o dinheiro que recebem do fundo eleitoral costuma ser repassado a outros candidatos. Escândalos do tipo têm se repetido a cada eleição. É preciso tornar a fiscalização mais rigorosa e as punições mais duras.

No Brasil, só em 1932 o direito de votar foi dado à mulher. Ainda assim, mediante certas condições: ser casada, autorizada pelo marido e, se viúva ou solteira, ter condição de comprovar renda própria. Dois anos depois as restrições foram suspensas. O voto das mulheres só se tornou obrigatório em 1946, como o dos homens.

O que falta para ampliar a presença das mulheres na política? Não há fórmula pronta. Os limites revelados pelas cotas demonstram que, além dos incentivos legais, os partidos precisam ir a campo defendendo em seus programas causas que interessem à mulher, estimulando a militância partidária delas e atraindo jovens mulheres para seus quadros. Mas o mais importante vale para homens também: os partidos conquistarão maior adesão se tiverem legitimidade e souberem apresentar propostas com valor para a sociedade.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

FERNANDO GABEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
editorias.artigos@oglobo.com.br

O apocalipse de carnaval

Baby do Brasil pautou o debate de carnaval. Atenção, todos: estamos em Apocalipse, o arrebatamento tem tudo para acontecer entre cinco e dez anos, procurem o Senhor! Houve contestação imediata de Ivete Sangalo, mas essas palavras — apocalipse e arrebatamento — têm força até para invadir um alegre carnaval.

Ambas são expressões religiosas. Arrebatamento é o resgate dos fiéis antes de tudo acabar. Gosto também de Armagedom, a batalha decisiva entre as forças do bem e do mal. Quem sabe não aparece num trio elétrico do próximo carnaval? Apocalipse, arrebatamento, Armagedom e talvez Megido, o lugar onde as tropas se concentram para a batalha?

Dá música, e o apocalipse pode ser cantado de ponta a ponta no Brasil. Estamos em apocalipse, Valdemar, a PF fechou o cerco contra Bolsonaro. Estamos em apocalipse, anunciam as lojas para divulgar suas liquidações de verão.

Estamos em apocalipse, dirão alguns ecologistas, avaliando os dados das mudanças climáticas. Em apocalipse estão também os moradores de Maceió, com a cidade afundando pela exploração de sal-gema e, ao mesmo tempo, investindo R$ 8 milhões no carnaval do Rio para promover o prefeito e Arthur Lira.

Já tivemos uma visão mais branda de apocalipse no livro de Umberto Eco "Apocalípticos e integrados". Ali se discutia a posição sobre a cultura de massa. Apocalípticos viam nela uma decadência, como a Escola de Frankfurt. Otimistas, como Marshall McLuhan, viam novas possibilidades graças à integração que criaria uma aldeia global.

Depois disso, veio a internet. O apocalipse agora é diferente. Fake news, ataque a reputações, golpes na democracia. No princípio, havia muita esperança: não se tratava mais de um espectador passivo, mas de alguém que interage com as notícias. O mundo avançaria.

Visão de Baby do Brasil, estritamente religiosa, é na verdade um instrumento para analisar o mundo

Creio que Baby tocou num ponto interessante, sem perceber que sua visão, estritamente religiosa, é na verdade um instrumento para analisar o mundo. Vejo apocalípticos entre a torcida do Flamengo; a do Corinthians no momento está cheia deles; eles estão por toda parte.

Se falo sobre a profecia de Baby com certa leveza, é porque ela nos dá entre cinco e dez anos para o arrebatamento. Isso coincide mais ou menos com minha expectativa de vida. De certa forma, em termos pessoais, o apocalipse é inevitável: está dentro do prazo.

A orientação dela é procurar o Senhor, garantir a vida depois da morte. Tenho minhas dúvidas quanto a isso. Possivelmente, o apocalipse virá, e restarão na face do planeta apenas máquinas remoendo incessantemente os antigos pensamentos humanos, reelaborando ao infinito nossas loucuras, produzindo artificialmente novos apocalipses, arrebatamentos, armagedons e, se possível, novos carnavais.

De qualquer forma, apesar das críticas que sofreu, Baby merece agradecimentos. O que teríamos para falar de pessoas pulando e cantando num calor infernal? Alegorias, comissão de frente, harmonia e samba-enredo?

Além do mais, de cinco a dez anos é um tempo razoável. Imaginem se muitos tivessem apenas esse horizonte de vida? Os punks eram meio sombrios porque não viam futuro. O grito de Baby nos abre caminho pelo menos para viver o presente, sabendo que estamos simplesmente driblando suas profecias, talvez macetando o apocalipse, como defendeu Ivete Sangalo.

Minha única participação no carnaval foi documentar o desfile do bloco Loucura Suburbana. O samba-enredo é uma defesa da loucura. Se alguém gritasse ali no Engenho de Dentro que estamos em apocalipse, procurem o Senhor, seria possível perguntar "mas qual senhor?", se há tantos sambando entre nós. Estamos em apocalipse? Mas isso já foi há tanto tempo, Baby. Estamos cantando precisamente para esquecer.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Visser da, Fábio Bartosz, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cocotá Ilha - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gad@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a Mais: Carlos Caruso - mcaruso@oglobo.com.br
Bairros: Valter Calmon Filho - valter.calmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Domingos: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, exceto para vendas avulsas. Reclamações: atendimento@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777 Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4355 Vinhos, religiosos e Kineform: (21) 2534-4313 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free